

JOSYANE MANSANO

Prefácio

Elias Marques de Medeiros Neto

TUTELA DE EVIDÊNCIA
ANÁLISE BASEADA EM PRECEDENTES

Belo Horizonte

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2023

2023 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lucia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinora Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (in memoriam)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Otton de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrcio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

M286t	Mansano, Josyane
	Tutela de evidência: análise baseada em precedentes / Josyane Mansano. - Belo Horizonte : Fórum, 2023. 272 p. ; 14,5cm x 21,5cm. ISBN: 978-65-5518-425-9
	1. Direito. 2. Direito Processual Civil. 3. Tutela provisória. 4. Precedentes. 5. Recursos nos Tribunais Superiores. 6. Reclamação constitucional. I. Título.
2022-1764	
	CDD 341.46 CDU 347 9

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MANSANO, Josyane. *Tutela de evidência: análise baseada em precedentes*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 272 p. ISBN 978-65-5518-425-9.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Elias Marques de Medeiros Neto	11
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
AS GARANTIAS DE ACESSO À JUSTIÇA E O ESTUDO DA COGNIÇÃO	17
1.1 Garantias constitucionais do processo	17
1.2 Devido processo legal.....	23
1.2.1 Inafastabilidade do judiciário	25
1.2.2 Do contraditório e da ampla defesa.....	30
1.3 Princípio da motivação das decisões por parte dos juízes	34
1.3.1 Princípio do juiz natural	37
1.3.2 Princípio da imparcialidade do juiz	38
1.4 Estudo da cognição do processo brasileiro	42
1.4.1 A cognição plena	46
1.4.2 Elementos da cognição plena e exauriente	50
1.4.3 Tipologia da cognição sumária.....	52
1.4.3.1 Atividade lógica decorrente da cognição sumária	56
1.4.3.2 A cognição sumária no Código de Processo Civil de 2015.....	59
1.4.4 O abuso do direito de defesa pelo réu: característica de um processo de cognição plena	63
1.5 Os efeitos concretos e a tendência a uma conduta mais adequada....	66
1.6 Compatibilização da medida antecipatória na cognição sumária responsável pelo devido processo legal	69
1.7 Breves apontamentos sobre o direito comparado	73

CAPÍTULO 2

TUTELA PROVISÓRIA NO BRASIL	79
2.1 As medidas provisionais do CPC/73 e o empréstimo do rito cautelar.....	79
2.1.1 Alterações da Lei 8.952/1994	81
2.1.2 Tutela de urgência satisfativa e tutela de urgência cautelar.....	82
2.1.3 Transição do CPC de 1973 para o CPC de 2015.....	100
2.1.4 Omicrossistema das tutelas provisórias no CPC de 2015: estudo da tutela de urgência	100
2.2 Formas de requerimento da tutela de urgência	102
2.2.1 Incidental – requerimento incidental e em procedimento antecedente.....	102
2.2.2 Antecipada – requerida em caráter antecedente.....	103
2.2.2.1 A estabilização da tutela antecipada	107
2.3 Estudo da tutela sem urgência: os denominados direitos evidentes	114
2.3.1 Contribuição do sistema italiano de antecipação da tutela sem urgência para o CPC de 2015	115
2.3.2 Contribuição do sistema francês de antecipação da tutela sem urgência para o CPC de 2015.....	117
2.3.3 O <i>référé</i>	118
2.4 A tutela de evidência e seu enquadramento no art. 311, do CPC de 2015.....	121
2.5 O tratamento do art. 332 como pressuposto para uma releitura do art. 311, inciso II, do CPC de 2015.....	128
2.5.1 Abuso do direito de defesa ou propósito protelatório do réu.....	132

CAPÍTULO 3

A DINÂMICA DO ART. 927 E A IMPORTÂNCIA

DOS PRECEDENTES PARA O CPC DE 2015.....	133
3.1 A unidade do direito por meio da verticalização das decisões	133
3.1.1 A doutrina dos precedentes no <i>common law</i>	134
3.1.2 A aproximação entre o sistema romano-germânico e o <i>common law</i>	139
3.2 Estudo dos precedentes na vigência do CPC de 1973.....	140
3.3 O precedente no Código de Processo Civil de 2015: do anteprojeto à Lei 13.105/2015.....	141
3.3.1 Estudo dos precedentes e leitura do art. 927, do CPC de 2015	146
3.3.1.1 <i>Ratio decidendi</i>	146

3.3.1.2	<i>Obiter dictum</i> ou <i>dictum</i>	151
3.3.1.3	<i>Distinguishing</i>	153
3.4	Limites.....	156
3.4.1	<i>Express overruling</i> e <i>implied overruling</i>	156
3.4.2	<i>Retrospective overruling</i> e <i>prospective overruling</i>	157
3.4.3	<i>Anticipatory overruling</i> , julgamento-alerta e <i>signaling</i>	160
3.5	Precedentes vinculantes e persuasivos.....	161
3.5.1	Controle concentrado do efeito vinculante.....	164
3.5.2	Eficácia transcendente dos motivos determinantes: como fica?.....	168
3.5.3	Precedentes judiciais impeditivos ou obstativos e permissivos no NCPC	171
3.6	Precedentes judiciais reiterados que conduzem à súmula vinculante.....	172
3.7	Precedentes judiciais em incidente de resolução de demanda repetitiva.....	177
3.8	Incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e julgamento de recursos extraordinários e especiais repetitivos	178
3.9	Precedentes judiciais em controle concentrado de constitucionalidade.....	182
3.10	Precedentes judiciais em assunção de competência.....	187
3.11	Precedentes judiciais que fixam a tese jurídica para os recursos extraordinários ou especiais repetitivos	188
3.12	Outros precedentes judiciais do STF, do STJ e do Tribunal de Justiça	190
3.13	Precedentes judiciais em incidente de uniformização de jurisprudência da lei dos juizados especiais federais	190
3.14	Superação de entendimento firmado pelos tribunais	191
3.15	Precedentes à brasileira.....	193
3.16	Prevenção contra uma explosão de reclamações	202

CAPÍTULO 4

	PRECEDENTES: UMA PROPOSTA À PADRONIZAÇÃO DECISÓRIA E NÃO RESTRITIVA DO ART. 311, INCISO II, DO CPC.....	207
4.1	As hipóteses não taxativas a serem interpretadas no art. 311, inciso II, do CPC	207
4.2	Extensão da modulação à superação de entendimento firmado pelos tribunais	211

4.3	Evidência de que o art. 927 deve ser uniformizado com o inciso II, do art. 311, ambos do CPC de 2015	222
4.4	Livre convencimento motivado, amparado pelo art. 332 com base na totalidade dos precedentes do art. 927, ambos do CPC de 2015	235
4.5	Inexistência do dever de análise pormenorizada para a concessão da tutela de evidência com base na totalidade de precedentes.....	240
CONCLUSÃO.....		251
REFERÊNCIAS.....		255